

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL II**

FERNANDO GUSTAVO KNOERR

MARCO ANTÔNIO CÉSAR VILLATORE

ROMEU FARIA THOMÉ DA SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito, economia e desenvolvimento sustentável II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara;

coordenadores: Fernando Gustavo Knoerr, Marco Antônio César Villatore, Romeu Faria Thomé da Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-113-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Economia. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL II

Apresentação

A Coordenação do Grupo de Trabalho Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável II, do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, sente-se honrada por apresentar essa coletânea de artigos, fruto das pesquisas e dos debates realizados no âmbito do XXIV Congresso do CONPEDI, cujo tema foi Direito e política: da vulnerabilidade à sustentabilidade.

O evento, realizado na capital das Minas Gerais, desenvolveu suas atividades em três Instituições de Ensino Superior: a Faculdade de Direito da UFMG; a Universidade FUMEC; e a Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC, no período de 11 a 14 de novembro de 2015.

Dentre os inúmeros trabalhos encaminhados, provenientes de todas as regiões do País, vinte e seis artigos foram aprovados e selecionados para compor o presente livro do Grupo de Trabalho Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável II, com temas ligados ao Direito Econômico, ao Direito do Consumidor, ao Direito do Trabalho e ao Direito Ambiental.

O CONPEDI, desde 2005, fomenta o debate nas áreas do Direito Econômico em grupos de trabalho específicos, como aqueles voltados para as relações de consumo e desenvolvimento, além de investigar a relação entre Direito Econômico, modernidade e análise econômica do Direito, e temas correlatos. Os debates envolvendo tópicos de Direito do Consumidor e do Direito do Trabalho, já tradicionais nos Congressos do CONPEDI, também foram significativos neste encontro realizado em Belo Horizonte.

Convém, entretanto, registrar uma nota de destaque ao incremento substancial das discussões relativas às normas de proteção ambiental e ao princípio do desenvolvimento sustentável nos últimos eventos do CONPEDI, em especial no grupo de trabalho Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável II do XXIV Congresso. Esse aprofundamento se deve à crescente preocupação do ser humano com a manutenção do equilíbrio ambiental, refletida em inúmeros Programas de Pós Graduação espalhados pelo Brasil que se propõem à análise do tema, como o Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, uma das instituições anfitriãs do evento. A estreita relação instaurada entre as normas de Direito Econômico e as de Direito

Ambiental, em busca de fomentar não apenas o crescimento, mas o desenvolvimento econômico em harmonia com o bem-estar social e a preservação ambiental, demonstra a absoluta adequação desse grupo de trabalho, que incentiva a pesquisa interdisciplinar, aproximando o Direito, a Economia e o Desenvolvimento Sustentável.

A catástrofe envolvendo as barragens de rejeitos da mineradora Samarco, no município mineiro de Mariana, acontecida às vésperas do XXIV Congresso, com gravíssimas repercussões socioambientais, foi abordada pelos coordenadores e pesquisadores do grupo no início dos trabalhos, que prestaram homenagem às vítimas, além de reforçar a convicção de que o desenvolvimento se encontra inexoravelmente atrelado à proteção do meio ambiente.

As normas jurídicas, já utilizadas como instrumentos vocacionados ao crescimento econômico, devem ser compreendidas, a partir da constitucionalização da proteção do meio ambiente, como instrumentos de viabilização do desenvolvimento econômico sustentável.

A construção do conhecimento, paulatinamente, estrutura-se pelo esforço de docentes, doutorandos e mestrados, que desenvolvem a pesquisa jurídica de maneira independente e comprometida. Nessa perspectiva, os vinte e seis artigos apresentam análise interdisciplinar de temas contemporâneos e, desse modo, ofertam efetiva contribuição para a evolução e consolidação de diversos institutos jurídicos.

Não remanescem dúvidas de que a contribuição acadêmica dos pesquisadores participantes do Grupo de Trabalho Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável II é essencial para movimentar os debates social, econômico, ambiental, político e jurídico, revigorando a participação democrática. Aproveitamos para, mais uma vez, tecer sinceros agradecimentos aos autores e, ainda, registrar nosso propósito de instauração de debates impulsionados pelos trabalhos agora publicados, na expectativa de que o elo Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável se fortifique na corrente do CONPEDI. Convidamos, por fim, a todos, para uma profícua leitura.

Belo Horizonte, 15 de novembro de 2015.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professor Doutor Romeu Faria Thomé da Silva DOM HELDER

Professor Doutor Marco Antônio César Villatore PUCPR/UNINTER/UFSC

Professor Doutor Fernando Gustavo Knoerr - UNICURITIBA

DESIGUALDADES REGIONAIS: ALGUNS DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA DE MYRDAL

DESIGUALDADES REGIONALES: ALGUNOS DATOS SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y LA TEORÍA DE LA CAUSACIÓN CIRCULAR CUMULATIVA DE MYRDAL

**Renata Teixeira Villarim
Gustavo Giorgio Fonseca Mendoza**

Resumo

A Teoria da Causação Circular e Acumulativa das Desigualdades Regionais formulada pelo economista sueco e prêmio Nobel de economia 1974, Gunnar Myrdal tem como premissa que o crescimento regional é um processo desequilibrado e que as diferenças existentes entre as regiões tendem a aumentar. Critica a Teoria clássica que trabalha com a divisão entre as chamadas forças econômicas e forças não econômicas, mostrando que essa divisão é artificial e que na realidade essas forças estão profundamente vinculadas. Nesse sentido, o presente artigo, tem o objetivo de descrever a teoria de Myrdal e analisar as desigualdades regionais evidentes na educação de algumas categorias dessa teoria. Utilizando a noção de ciclo vicioso mostra que uma constelação circular de forças atua umas sobre as outras e tendem a determinar que um país ou uma região pobre sejam mantidos em um estado de pobreza, propondo trabalhar com a idéia de fatores mais ou menos relevantes na causação dessas desigualdades. Mostra como o fato de um baixo nível de desenvolvimento ser acompanhado de grandes dissimetrias representa um obstáculo ao progresso o que significa dizer que pobreza gera pobreza. Analisada desde a perspectiva de Myrdal a Educação supõe uma constelação de elementos relevantes cujo comportamento determinará o equilíbrio ou a desigualdade entre as regiões que por sua vez influenciará a manutenção desses elementos em um processo de circularidade. Alguns dados na oferta da formação pós-graduada no Brasil analisados na perspectiva de Myrdal mostram a necessidade de uma intervenção mais firme do Estado para diminuir as desigualdades existentes. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, além da análise descritiva de alguns dados sobre a educação superior pós-graduada em sites oficiais.

Palavras-chave: Desigualdades regionais, Teoria da causação circular acumulativa de myrdal, Educação e desigualdades

Abstract/Resumen/Résumé

La Teoría de la Causación Circular Cumulativa formulada por el economista sueco y premio Nobel de Economía en 1974, Gunnar Myrdal parte del principio que el crecimiento regional es un proceso desequilibrado y que las diferencias existentes tienen la tendencia a aumentar. Él hace una crítica a la Teoría Clásica que distingue las fuerzas económicas y las no

económicas afirmando que esa diferencia es artificial y que esas fuerzas están profundamente vinculadas. En este sentido, el presente artículo tiene el objetivo de describir la teoría de Myrdal y analizar las desigualdades regionales evidentes en la educación de algunas categorías de esa teoría. Utilizando la noción de círculo vicioso muestra que una constelación circular de fuerzas actúa unas sobre las otras y tienden a determinar que un país o región pobres sean mantenidos en situación de pobreza. Myrdal propone trabajar con la idea de factores más o menos relevantes en la causación de las desigualdades. En su trabajo muestra como un bajo nivel de desarrollo está siempre acompañado de grandes disimetrías lo que representa un obstáculo al progreso. Analizada desde la perspectiva de Myrdal la educación supone una constelación de elementos relevantes cuyo comportamiento determinará el equilibrio o la desigualdad entre regiones que, por su parte, irá influenciar el mantenimiento de esos elementos en un proceso de circularidad. Algunos datos en la oferta de la formación pos graduada en Brasil analizados en la perspectiva de Myrdal, ponen de relieve la necesidad de una intervención más firme del Estado para disminuir las desigualdades existentes. Para eso, realizamos una investigación de algunos datos acerca de posgrado en sitios oficiales.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Desigualdades regionales, Teoría de la causación circular acumulativa de Myrdal, Educación y desigualdades

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo descrever a Teoria da Causação Circular e Acumulativa formulada pelo Economista sueco e prêmio Nobel de economia de 1974 Gunnar Myrdal e analisar alguns indicadores da Educação pós graduada no Brasil à luz dessa teoria.

Em um primeiro momento descreveremos os princípios e os contornos mais amplos dessa teoria elaborada pelo economista sueco, que recebeu o nome de Teoria da Causação Circular e Acumulativa das Desigualdades Regionais, a partir de sua obra Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas publicada pelo Instituto Myrdal.

Serão examinados alguns dados referentes à evolução da educação Pós Graduada nas distintas regiões geográficas do país, à partir de censos realizados pela CAPES e IBGE.

Mais adiante comentaremos, utilizando os indicadores educacionais dos ensinos superiores analisados, que essa teoria pode se constituir em um suporte teórico importante para explicar as diferenças regionais existentes no Brasil nessa área.

Pretende-se dar continuidade a esse trabalho ampliando a análise para outros dados educacionais, tanto da pós graduação como da oferta e características da educação graduada no Brasil.

1. SOBRE A NOÇÃO DE DESIGUALDADE REGIONAL

A conceituação de Desigualdade regional não é unívoca, existindo uma tipologia elaborada por Milanovic (2005 apud OLIVEIRA, 2009) para organizar as discussões sobre essa questão. No transcurso dos anos, esse conceito foi mudando desde uma concepção mais simples, até outras mais complexas que incluem não apenas, menores rendimento, pouco acesso à saúde e à educação, mas também os direitos do indivíduo e o respeito pela democracia. De todas as formas, desigualdade regional supõe necessariamente a idéia de desequilíbrio e de injustiça. Trata-se de uma realidade que (des)vela uma condição multidimensional onde uma multiplicidade de indicadores se entrelaçam para dar mostra da existência de uma distribuição regional desigual do desenvolvimento.

É necessário destacar que a concentração geográfica de riquezas, a desigualdade e o controle político, estão associados colocando em risco a própria democracia.

Por outro lado existem algumas dificuldades implícitas ao estudo das desigualdades regionais devido a polissemia do termo região. Os vários autores preferem utilizar o termo de forma genérica como sinônimos de recorte geográfico.

2. TEORIAS SOBRE AS DESIGUALDADES REGIONAIS

Existem três grupos de Teorias que tentam explicar as desigualdades regionais. Aquelas que ocupam dos fatores que determinam as desigualdades, um segundo grupo que tenta explicar as disparidades regionais a partir do nível de atividades econômicas dos territórios ou regiões, e um terceiro que trata de explicar como ocorre o desenvolvimento de acordo com as relações entre diferentes territórios que compõem uma unidade administrativa.

Entre as teorias baseadas nas relações inter-regionais encontram-se a teoria neoclássica, as teorias de dependência e de centro periferia, as teorias da Nova Geografia econômica e a hipótese da convergência e a Teoria da Causação Circular Acumulativa.

A perspectiva neoclássica, propõe que no estudo do crescimento, o que predomina é a estabilidade do sistema econômico, ou seja, o livre jogo das forças do mercado é o responsável pela condução das distintas regiões ou países a um estado de equilíbrio progressivo. Isso significa que segundo essa perspectiva, o subdesenvolvimento seria apenas um estágio pelo qual todos os países deveriam passar rumo ao desenvolvimento.

As Teorias de Centro Periferia e da Dependência representaram uma revolução na análise do desenvolvimento econômico. Apesar de existirem divergências entre as várias teorias desse grupo, a ideia comum é a existência de nações que constituiriam o centro do sistema capitalista e as demais comporiam a periferia do sistema. Nessas circunstâncias, o desenvolvimento dos países centrais dependeria do subdesenvolvimento dos demais. Essas ideias foram trabalhadas fundamentalmente por teóricos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948 como um escritório Regional das Nações Unidas). As ideias elaboradas por esses teóricos ficaram conhecidas como teorias Cepalinas.

Dois representantes da América Latina ocuparam um importante espaço na formulação dessas teorias: o brasileiro Celso Furtado e o Argentino Raúl Prebisch.

O principal legado de Celso Furtado foi a consideração das questões sociais e políticas para a sua análise econômica, além de demonstrar que o subdesenvolvimento era o resultado de uma estruturação histórico-estrutural particular e que ele só pode ser superado por transformações estruturais (DINIZ, 2009).

Ainda no contexto das Teorias das relações inter-regionais, se insere a Teoria da Causação Circular para a qual dedicaremos um olhar mais aguçado.

Entre as Teorias que se ocupam prioritariamente dos fatores que determinam as desigualdades destacam-se a formulada por Polèse segundo a qual o aumento do nível de desenvolvimento de uma região gera, de imediato, disparidades com outras regiões

3. A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.

A Teoria da Causação Circular e Acumulativa das desigualdades regionais surgiu na década de 50, formulada pelo economista sueco e prêmio Nobel de 1974, Gunnar Myrdal a partir de observações sobre as diferenças existentes no nível de desenvolvimento entre países e as desigualdades existentes dentro de um mesmo país.

Na realidade, o conceito de causação circular foi cunhado por um professor de Myrdal, Knut Wicksell que o utilizou unicamente no campo econômico. Myrdal o aplicou também em uma perspectiva sociológica quando estudou, na década de 40, os problemas dos negros nos Estados Unidos por solicitação da Fundação Carnegie.

Ele parte da idéia de que o crescimento regional é um processo desequilibrado. Mesmo em países com renda per capita e índices de desenvolvimento extremamente baixos se verifica a existência de regiões prósperas, da mesma forma que em países do chamado primeiro mundo também existem espaços onde a pobreza e o baixo índice de desenvolvimento contrastam com a prosperidade das outras regiões.

(...) Em cada lugar do mundo subdesenvolvido, há, porém, países ou regiões que experimentam rápido desenvolvimento econômico. Mesmo na África, existem áreas em que o investimento é intenso e a produção ascendente, sempre ligada à exploração econômica estrangeira de seus recursos naturais. (MYRDAL, 1960 p. 19).

Contrariando a Teoria clássica que propugnava pela existência de uma tendência ao equilíbrio espontâneo entre forças econômicas distintas, Myrdal defende que as desigualdades dentro de uma mesma economia ou entre economias diferentes tendem sempre a aumentar. A economia tradicional sempre considerou que as decisões dos agentes econômicos eram determinadas pelos mecanismos de preços e nessa perspectiva o desequilíbrio era apenas temporário e que seria corrigido pelos próprios mecanismos de mercado.

Em seu estudo sobre a população Afro Americana, Myrdal aplica o conceito de causalidade circular associando variáveis econômicas e variáveis não econômicas, verificando que elas configuram um círculo vicioso. Ao estudar as condições sociais dos negros americanos, ele observou que o preconceito dos brancos poderia se constituir em um elemento importante na explicação dessas condições. No entanto, Myrdal também se deu conta que essas duas variáveis não eram ortogonais, mas eram variáveis compostas por várias outras (saúde, educação, emprego, por exemplo) mutuamente relacionadas. Por serem discriminados, os negros têm um baixo nível de desempenho e são pobres, não conseguem salários mais elevados, muitos permanecem desempregados e são levados à delinquência: seus níveis de educação e de saúde são precários, o que acentua a discriminação, a falta de oportunidades, a pobreza e assim por diante.

Myrdal observou a complexidade do objeto de estudo e mostrou que a explicação clássica era insuficiente para explicar o desequilíbrio existente entre a população negra e a população branca. “A abordagem clássica do equilíbrio estável argumentava que a pobreza da comunidade afro americana era o resultado da combinação de forças opostas econômicas e não econômicas, que desencadearia um movimento em direção a uma posição natural e necessária” (VITAL DA COSTA, 2012).

O Teórico sueco criticou essa dicotomia entre forças econômicas e forças não econômicas observando que era arbitrária e que, na realidade, esses fatores estavam interligados sofrendo ainda a influência de uma multiplicidade de fatores que por sua vez eram influenciados por eles, gerando novas interações e um processo cumulativo.

Myrdal utiliza o termo “ciclo vicioso” para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outro fator negativo. “O conceito envolve naturalmente, uma constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza”.

E mais adiante: “Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truista: ‘um país é pobre porque é pobre’”. (MYRDAL, 1960, p. 27).

O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e esse processo, se não regulado, tende a aumentar as disparidades entre regiões. “É óbvio que uma relação circular entre menos pobreza, mais alimento, melhor saúde e mais alta capacidade de trabalho, manteria um processo acumulativo em ascensão, em vez de descensão” (MYRDAL, 1960, p 27)

A partir dessas observações ele propõe trabalhar com a noção de fatores “mais ou menos relevantes” para o desenvolvimento ou para as desigualdades. “(...) economic theory will have to deal with all the relevant factors if it wants to be realistic, general economic analysis will have to become social theory”¹ (MYRDAL, 1960, p. 185).

Por outro lado, e compreendendo que a realidade é necessariamente dinâmica e que os sistemas e condições socioeconômicas não são fechados, Myrdal estuda em que condições se dá o fluxo entre as regiões mais prósperas e as menos prósperas. Para ele, esse fluxo não apenas tende a acrescentar as diferenças existentes entre elas, mas também que essas diferenças serão mais fortes quanto maior for a diferença regional inicial.

Quando fala de fluxos, Myrdal se refere a: a) fuga de economia e atração de capitais por parte das regiões mais desenvolvidas por oferecer maior segurança aos investidores; b) migração de mão de obra das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas que seleciona a mais capacitada; c) o comércio interregional entre essas regiões é sempre mais favorável às zonas mais desenvolvidas, por terem essas regiões maior poder de barganha.

Em outras palavras: a prosperidade de uma região produz o que ele chamou de “Back-wash effects”, ou seja, feitos regressivos em outras. Por outro lado, Myrdal também considera a existência de “efeitos propulsores” (spread effects) centrífugos, ou seja, naqueles países ou regiões onde o desenvolvimento se faz de forma mais equilibrada esses efeitos se propagam do centro de expansão para outras localidades.

[...] quanto mais alto o nível do desenvolvimento que um país alcançar, tanto mais fortes tenderão a ser os efeitos propulsores. Um alto nível médio de desenvolvimento é acompanhado de melhores transportes e comunicações, padrões educacionais mais elevados e uma comunhão mais dinâmica de ideias e valores, todos propensos a robustecer as forças para a difusão centrífuga da

¹ (...) A teoria econômica terá que lidar com todos os fatores relevantes, se quiser ser realista, a análise econômica geral terá que se tornar teoria social ”

expansão econômica ou a remover os obstáculos à sua atuação. (MYRDAL, 1960, p. 51-52).

Quando a região alcança um alto nível de desenvolvimento os efeitos propulsores também são maiores e como tal esses efeitos se farão sentir nas regiões menos desenvolvidas; ao contrário nos países ou regiões que não alcançaram esse nível de desenvolvimento, os efeitos propulsores são fracos e os regressivos mais fortes.

(...) o fato de um baixo nível de desenvolvimento econômico ser acompanhado, em geral, por grandes desigualdades econômicas representa, por si mesmo, grande obstáculo ao progresso. Esta é uma das relações interdependentes, por meio das quais, no processo cumulativo, a pobreza se torna sua própria causa. (MYRDAL, 1960, p. 58)

4. DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUNS EXEMPLOS

Entendemos que as desigualdades regionais observadas no Brasil são síntese de múltipla determinação e que provavelmente nenhuma teoria isoladamente poderá dar conta do fenômeno.

Tradicionalmente se atribui a extensão territorial e à uma ocupação desordenada e concentrada preferentemente nas regiões costeiras ou nos espaços onde se podia encontrar abundância de matéria prima a baixo custo, a origem das desigualdades.

Depois da independência, se iniciou o deslocamento dos núcleos de produção do Nordeste para o Sudeste motivado principalmente pela seca. A Memória do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional na América Latina em outubro de 2010 considerou que a acentuação das desigualdades inter e intra regionais no Brasil aconteceram pela ausência de uma política regional explícita, que trouxe como consequência a prática de um federalismo competitivo representado pela luta fiscal entre os Estados para atrair investimentos.

Embora alguns trabalhos mostrem que a economia brasileira dá sinais de redução das desigualdades (OLIVEIRA, 2010) em função da intervenção do Estado, as políticas nessa direção ao longo dos anos não têm sido suficientemente eficazes para evitar as disparidades. Em algumas dimensões existe até mesmo um aprofundamento das desigualdades o que supõe um obstáculo importante para o desenvolvimento do país como um todo. A troca inter regional desigual tende a provocar efeitos regressivos nas regiões menos prósperas.

“Esses efeitos regressivos, produto do maior dinamismo dos centros maiores, engembram um processo migratório seletivo, em detrimento das regiões mais pobres, saindo delas a população mais jovem, em idade de trabalhar e pessoal técnico, mais qualificado” (SOUZA, 1993, p. 41).

Uma das dimensões onde, de forma clara, essas desigualdades se fazem sentir é a educacional em seus distintos níveis.

A expansão do ensino superior e conseqüentemente da formação pós-graduada, capaz de gerar conhecimento, não se deu de forma equilibrada considerando as distintas regiões do Brasil. Durante muito tempo, e ainda hoje é no sul e sudeste do país que se concentram os bons cursos tanto de formação graduada como pós-graduada, o maior número de docentes com titulação e capacitação para gerar esses conhecimentos.

Entre os anos de 2000 à 2013 a população brasileira passou de aproximadamente 170 milhões de habitantes para pouco mais de 200 milhões. A evolução do crescimento analisado na perspectiva das regiões mostra que, não houve grandes variações entre elas. A região sul foi onde a população cresceu menos (114,6%) e região Norte foi onde cresceu mais (131,6%). O Nordeste e o Sudeste tiveram crescimentos praticamente iguais. (Figura 1)

Figura 1 - Evolução da População Brasileira de 2000 A 2013

Região	2000	2013	Evolução %
Norte	12.900.704	16.983.485	131,6
Nordeste	47.741.711	55.794.694	116,8
Sudeste	72.412.411	84.465.579	116,6
Sul	25.107.616	28.795.730	114,6
Centro Oeste	11.636.728	14.963.192	128,5
Total	169.799.170	201.002.680	

Fonte IBGE Censo Demográfico 2000. Resultados do Universo

Nesse mesmo período, houve um considerável aumento do número de Instituições de ensino superior, em todo país, principalmente à custa do setor privado. Uma análise dos números aportados pelo Ministério de Educação mostra a existência de importantes diferenças na evolução do número dessas Instituições entre as diversas regiões.

As regiões Sul e Sudeste que já em 2000 apresentavam os melhores índices (1: 142.656 e 1: 108.564) 13 anos depois continuam sendo as regiões com maior número de IES por habitantes (1:70. 405 e 1: 72.008 respectivamente) enquanto que o Norte e o Nordeste que em 2000 apresentavam os piores índices, continuam na mesma posição em 2013 (Figura2).

É importante ressaltar que a população dessas duas regiões cresceu praticamente na mesma proporção. Esses dados não informam sobre o tipo de organização administrativa dessas Instituições e também não estabelecem diferenças entre Instituições de Ensino Superior dependentes administrativamente do setor público ou do setor privado. No entanto, sabemos que, em todo país, o setor privado, nas últimas décadas, encontrou na educação uma grande oportunidade para aumentar seus lucros.

Figura 2 - Evolução do Numero de IES por Habitantes no Período 2000 A 2013.

Região	IES por habitantes	
	2000	2013
Norte	1: 280.450	1: 110.282
Nordeste	1: 304.087	1: 125.663
Sudeste	1: 108.564	1: 72.008
Sul	1: 142.656	1: 70.405
Centro Oeste	1: 86.841	1: 63.403

Fonte: MEC

Uma análise do número de profissionais com doutorado no país mostra que embora entre os anos 2000 e 2014 tenha havido um aumento no número de profissionais com a titulação máxima em todo território nacional, sua distribuição entre as várias regiões, considerando a série histórica 2000, 2004, 2006, 2010 e 2014, tem a dissimetria tradicional.

É interessante observar quando comparamos o sudeste com o nordeste vemos que as diferenças, sempre favoráveis àquela região, aumentam a cada um dos anos analisados.

Em 2000 o Sudeste tinha 16,1 mais doutores do que o nordeste para cada 100 mil habitantes e essa diferença aumenta para 23,1 em 2004, para 25,1 em 2006, para 29,8 em 2010 e 31,4 em 2005.

Figura 3 - Número de Doutores por 100 mil habitantes por região

	2000	2004	2006	2010	2014
Norte	5,4	12,2	15,8	24,9	59,8
Nordeste	7,7	14,4	18,0	28,6	47,1
Sudeste	23,8	37,5	43,1	58,4	78,4
Sul	19,9	27,6	38,9	54,3	98,6
Centro	16,0	28,4	32,7	62,5	76,4
Oeste					

Fonte: CNPq. Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil. 2015

Ao considerarmos os Programas de Pós-Graduação stricto sensu verificamos que os números se comportam da mesma maneira. A cada ano da série analisada foram criados mais Programas de Doutorado no Sudeste do que no Nordeste e a diferença que era de 578 Programas em 2000 saltou para 765 programas em 2014. Chamamos atenção para o fato de que essa diferença aumentou como aconteceu com o número de doutores, sem que tenha havido inversões em qualquer dos anos da série analisada. Por outro lado, observamos que essas diferenças não ocorrem apenas no número de programas de doutorado que, para serem criados e aprovados, necessitam cumprir maiores exigências (número de doutores, publicações etc.), mas também no que concerne ao número de Programas de Mestrado (Figura 5).

Figura 4 - Programas e Cursos de Pós-graduação. Evolução no Período 2004-2015

REGIÃO	PROGRAMAS E CURSOS DE POS GRADUAÇÃO					
	2004		2009		2015	
	M	D	M	D	M	D
NORTE	65	21	112	38	165	69
NORDESTE	285	113	442	193	648	307
SUDESTE	973	691	1.211	845	1.453	1.072
SUL	357	186	494	269	692	411
CENTRO	113	47	177	77	268	138
OESTE						
TOTAL	1.793	1.058	2.438	1.422	3.226	1.997

Fonte: Estatística da CAPES/MEC

Ainda que não tenhamos obtido dados sobre os Programas e Cursos de Pós Graduação recomendados pela CAPES em anos anteriores, utilizamos os números disponíveis em 2015 para mostrar como a desigualdade regional se mantém. O sudeste tem 60% mais Programas de Doutorado recomendados do que o Nordeste e 87% a mais do que a região Norte

Figura 5 - Programas e Cursos de Pós-Graduação Recomendados pela CAPES (atualizado em 20/03/2015)

REGIÃO	M	D	F
NORTE	100	4	40
NORDESTE	359	18	102
SUDESTE	411	30	294
SUL	288	7	120
CENTRO OESTE	137	7	40
TOTAL	1.295	66	589

Legenda: M – Mestrado Acadêmico; D - Doutorado; F - Mestrado Profissional.

Fonte: Construído a partir dos dados da CAPES/SNPG.

As diferenças relativas à titulação dos docentes das distintas Instituições de Ensino Superior do país considerando um período de 10 anos mostram como são mantidas as desigualdades.

Figura 6 - Titulação dos Docentes das IES por Região. Evolução em 10 anos

REGIÃO	TITULAÇÃO	ANO	
		2003	2013
Norte	Esp	55,9 %	37,8
	Mestrado	32,2	40,2
	Doutorado	11,9	22,0
Nordeste	Esp	48,8	29,7
	Mestrado	34,0	40,7
	Doutorado	17,2	29,6
Sudeste	Esp	40,6	25,1
	Mestrado	34,3	38,2
	Doutorado	25,1	36,7

Sul	Esp	40, 0	23, 3
	Mestrado	39, 9	42, 6
	Doutorado	20, 2	33, 8
Centro Oeste	Esp	52, 6	33, 2
	Mestrado	32, 4	38, 2
	Doutorado	14, 9	28, 6

Fonte CAPES/ SNPG

5. CONCLUSÕES

A Teoria da Causação Acumulativa de Myrdal é um instrumento valioso para se analisar a complexidade de fatores que constituem a tessitura das desigualdades regionais no Brasil. Em primeiro lugar por considerar que fatores econômicos e não econômicos contribuem e são igualmente relevantes na determinação das simetrias ou dissimetrias no desenvolvimento regional. Em segundo lugar, ao utilizar a noção de “causalidade cumulativa” permite compreender a permanência das desigualdades mesmo em um contexto de mudanças socialmente positivas. Aplicada à realidade brasileira a teoria contribui para explicar como, embora os indicadores gerais de desenvolvimento tenham melhorado nas últimas décadas (diminuição nas taxas de mortalidade infantil; aumento da expectativa de vida, aquisição de bens de consumo etc.).

Ainda que o Brasil seja uma das dez economias mais potentes em volume de PIB paradoxalmente, é considerada uma das economias mais desiguais do planeta. Essas desigualdades se manifestam não apenas quando comparamos a renda per capita dos indivíduos mas também quando analisamos as diferentes regiões da Federação

A origem da Pós-Graduação no Brasil data de 1930 com a implantação dos primeiros cursos, um na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, outro na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de São Paulo. No entanto, a implantação formal da Pós-Graduação, somente teve lugar em 1965, através do Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação emitido pelo alagoano Newton Lins Buarque

Sucupira. Durante todos esses anos as desigualdades regionais na oferta de Cursos e

Programas compõem um quadro que se mantém praticamente inalterado. A maioria dos Programas estão no Sudeste e no Sul, o que se alia a uma melhor qualidade segundo as sucessivas avaliações da própria CAPES.

Embora todos os governos tenham realizado alguns esforços no sentido de retirar da pobreza absoluta um contingente importante da população, as políticas implantadas não conseguem contemplar as várias dimensões, por exemplo, a educação, onde essas desigualdades se manifestam, e alcançar um desenvolvimento mais equilibrado.

Durante as últimas décadas observamos um grande crescimento no número de Instituições de nível Superior no Brasil, mas esse crescimento se deu, sobretudo por força dos investimentos realizados pelo setores privados e nenhum investidor concentrará seus esforços em regiões que não apresentem maiores índices de desenvolvimento. Por outro lado as regiões mais atrasadas também têm grandes deficiências no que tange a infraestrutura e na oferta de serviços. A formação Universitária supõe ao mesmo tempo causa e efeito do desenvolvimento e as deficiências regionais no que tange a esse nível educacional da mesma maneira são causa e efeito dessa circularidade que se move em direção ao desequilíbrio. O pessoal mais qualificado, capaz de produzir conhecimento e contribuir com a criação de riquezas é atraído para as regiões mais prósperas acarretando a ampliação das desigualdades. Esse é um processo de causação circular acumulativa que necessita uma intervenção estatal eficiente.

Para Myrdal, enquanto nos países mais desenvolvidos os spread seriam maiores, com conseqüente diminuição das desigualdades, nos países menos desenvolvidos os backwash effects seriam maiores, aumentando as desigualdades. Isso significa dizer que se uma determinada região do país cresce, faz com que, tanto o capital humano como o capital físico (infraestrutura, finanças infraestrutura material) das regiões menos desenvolvidas gravite em torno da primeira.

Riccardo Fiorentini, economista e professor da Universidade de Verona em um trabalho intitulado “Crescimento econômico e educação: o papel das desigualdades sociais”, embora não cite a Myrdal, parece nele inspirado ao utilizar o termo Circulo virtuoso ao afirmar sobre o investimento em educação: “(...) é um dos fatores fundamentais para o crescimento econômico, pois cria um círculo virtuoso que se auto alimenta” (FIORENTINI, 2014, p. 22). Com Myrdal, Fiorentini utiliza a figura da circularidade ao se referir a relação entre o crescimento e a desigualdade e diz ainda que os efeitos da desigualdade sobre o crescimento

“há bons motivos para considerar que grandes desigualdades econômicas e sociais, de gênero e geográficas, prejudicam o crescimento (FIORENTINI, 2014, p. 35).

Em 2012, um documento elaborado em parceria pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério de Educação, intitulado desafios e perspectivas da Educação Superior Brasileira para a próxima década aponta nove itens para a melhoria da Educação Superior no Brasil. Entre eles está o da redução das desigualdades regionais.

Dissimetrias na Educação Pós-Graduada são reconhecidas pelo Ministério da Educação e no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior afirma a necessidade de estabelecer parcerias com diferentes órgãos do governo federal e com as Fundações de Amparo à Pesquisa nos Estados para diminuir as desigualdades e estabelecer um melhor equilíbrio entre as várias regiões do País.

Oliveira (2009) analisando o crescimento econômico e das desigualdades no Brasil chama atenção para distintas razões que podem ter contribuído para um crescimento concentrado geograficamente. As terras mais férteis do Sudeste principalmente adequadas para a produção de café e ao dinamismo das exportações e a implantação de maior infraestrutura nessa região permitindo a criação de economias de aglomeração para o crescimento de outras culturas agrícolas. Os fluxos migratórios e o desenvolvimento de uma malha ferroviária mais extensa e eficiente atraíram investimentos e “isso acabou formando um verdadeiro processo de acumulação na perspectiva de Myrdal, sobretudo no estado de São Paulo” (OLIVEIRA, 2009, p. 16).

Como aponta Myrdal, as desigualdades regionais se tornam mais acentuadas quando as políticas intervencionistas são pouco eficientes. Nessa perspectiva é compreensível a concentração de Instituições, programas de pós-graduação e de profissionais titulados nas regiões Sul e Sudeste.

Isso também significa que qualquer política para a redução das desigualdades educacionais em qualquer nível não pode ficar engessada na própria área devendo estabelecer um diálogo com todas as outras. Investir na formação de doutores, criar novos Programas, em si não determinará a fixação desses profissionais nas regiões menos favorecidas nem modificará o ambiente onde eles se concentrem. Será necessário assegurar uma política de combate às desigualdades regionais em todas as dimensões onde elas se manifestem.

O Processo de Causação circular sofre a influência de medidas políticas. O resultado de um Planejamento deve ultrapassar a lógica econômica para alcançar às questões sociais. O objetivo das políticas governamentais deve ser estimular o spread effects entre todas as regiões do país. Esse tipo de planejamento supõe antes de mais nada uma análise das relações causais circulares contidas no processo de desenvolvimento desigual.

Um dos instrumentos mais potentes para o planejamento governamental é o Plano Plurianual elaborado pelo Ministério do Planejamento. Ele define as diretrizes e os objetivos das políticas públicas do governo federal em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 165 da Constituição Federal: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Embora o Ministério do Planejamento afirme na apresentação do Plano Plurianual 2012-2015 que o recente ciclo de desenvolvimento brasileiro venha sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras “que combinam crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 2012) não encontramos em seu texto referências claras a políticas de redução das desigualdades regionais.

É necessário deixar constância que o documento estabelece sete valores articulados à Visão de Futuro que contemplam: a Soberania, a democracia, a justiça social, a sustentabilidade, a diversidade cultural e Identidade Nacional, a participação social e excelência da gestão. Entendemos que a Justiça Social supõe necessariamente a simetria entre as várias regiões do Brasil na perspectiva do crescimento e desenvolvimento integrado.

Rolim (1993) comenta que para Myrdal a noção de integração foi primeiramente utilizada pelas Ciências Sociais e significa a existência de relações estáveis no interior de uma comunidade estacionária. No entanto, ainda é uma noção de contém um grau importante de imprecisão. Para ele a integração deverá estar relacionada com os antigos ideais da civilização ocidental no que tange a liberdade, a igualdade e, mais especificamente, de igualdade de oportunidades econômicas.

São imprescindíveis ações concretas do Estado, que sejam capazes de contemplar e inter-relacionar a multiplicidade de aspectos e dinâmica dessas desigualdades. Para Myrdal o desenvolvimento de atividades interdependentes entre as regiões mais prósperas e as menos prósperas, a criação e implementação de projetos no interior das regiões mais pobres são estratégias importantes para a redução das dissimetrias entre as regiões.

Como nos mostra Myrdal, a mudança mais importante a ser realizada nas políticas

estatais dos países subdesenvolvidos é a compreensão geral da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento econômico global e integrado. Esse trabalho deve ser cuidadoso e articular várias dimensões e setores da realidade, seja eles econômicos ou sociais. Isso significa afirmar que para diminuir as desigualdades regionais, na área de educação, serão necessárias, entre outras, medidas que contemplem, a melhoria da infra estrutura de transporte, investimentos em saúde, estímulo de desenvolvimento do comércio e da indústria, o que por sua vez estimulará os “spread effects” entre as regiões.

É possível que o pioneiro trabalho de Myrdal seja capaz de nos auxiliar nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Anual de Pos-Graduação 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

DALLA COSTA, R. **Um resumo da obra “Teoria Economica e Regiões Subdesenvolvidas” de Gunnar Myrdal**. 2002. Disponível em: <www.ccp.uenp.edu.br>. Acesso em: 1 ago. 2015.

DINIZ, C.C. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. Nova Economia. Belo Horizonte, 2009, volume 2, p.227-249.

FIALKOW, J. C. **Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul**: algumas ideias a partir de Teorias de desenvolvimento regional. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/eeg.downlod/mesa11>. Acesso em: 1 ago. 2015.

FIORENTINI, R. Crescimento econômico e educação. O papel das desigualdades sociais. In DORE, R., ARAUJO, A., MENDES, J. (orgs.) **Evasão na Educação, Estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 Resultados do Universo**. 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2015.

LIMA, A. C. C. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: o caso do Brasil. Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Economica e Regioes subdesenvolvidas**. Textos de Economia Contemporanea. Rio de janeiro. 1960.

_____. Aspectos Políticos da Teoria Econômica. In. **Os Economistas**. São Paulo. 1997.

OLIVEIRA, J. C. Análise do Crescimento Econômico e das Desigualdades Regionais no Brasil. **Revista da UNISC**, 2009. Disponível em: <online.unisc.br>. Acesso em: 1 ago. 2015.

POLÈSE, Mário. **Economia Urbana e Regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998.

SANTOS SILVA, J. A. **Turismo Crescimento e Desenvolvimento**: uma análise urbano regional baseada em Cluster. 2004. Tese. (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Arte. 2004. Disponível em: <www.edumed.net/tesis doctorales/jass/14.htm>. Acesso em 28 jul. 2015.

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. Análises econômicas, Porto Alegre, 1993, p. 29 -59)

VITAL DA COSTA, K. G. **Gunnar Myrdal e o principio da causação circular cumulativa**: uma análise a partir dos trabalhos de Allyn Young, Nichlas Kaldor e Thortein Veblen. 2012. Disponível em <www.academia.edu >. Acesso em: 28 jul. 2015.